

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.525 - AL (2013/0306309-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : FRANCISCO LUIZ BARROS OLIVEIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PETRUCIO PEREIRA GUEDES - AL003412  
PRISCILA ARAÚJO GUEDES E OUTRO(S) - AL008761  
**RECORRIDO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto por FRANCISCO LUIZ BARROS OLIVEIRA E OUTROS, com base na alínea a do art. 105, III da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. PERCENTUAIS INCORPORADOS POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (URP DE 26,05%, 3,17% E 28,86%). REESTRUTURAÇÃO ,DA CARREIRA. ABSORÇÃO. COISA JULGADA .IRREDUTIBILIDADE VENCIMENTAL E DIREITO ADQUIRIDO. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

- "Não há ofensa à Coisa julgada material quando ela é formulada com base em uma determinada situação jurídica que perde vigência ante advento de nova lei que passa a regulamentar as situações jurídicas já formadas, modificando o status anterior." (STJ, Corte Especial, MS DJe 03.11.2008);

- Hipótese em que não há ilegalidade na retificação remuneratória dos impetrantes relativa à supressão de percentuais dantes incorporados por força de decisão judicial transitada em julgado, pois as vantagens foram absorvidas pelos novos padrões de remuneração, advindos da reestruturação das carreiras dos apelantes, servidores - do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vedando a Jurisprudência desta Corte a percepção ad infinitum dos referidos índices. Precedente: Tribunal Regional Federal 5ª Região - AC 509.527/AL, Terceira Turma; Desembargador Federal. Frederico Pinto de Azevedo (Substituto); Data Julgamento: 26/05/2011.

- Apelação improvida" (fl. 362e).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam ofensa aos arts. 2º, 5º, XXXV, XXXVI, LV e LXIX, 7º, VI, 37, XV, 39, §§ 2º e 3º, 93, IX, 109, I e VIII, 150, II, 150, III E 153 § 2º, I, da CF/88; 6º, da LICC; 2º, 53, 54, § 1º e 59, § 1º, da Lei 9.784/99,

sustentando seu direito à manutenção da vantagem remuneratória percebida por força de decisão judicial transitada em julgado. Dizem que a alteração dessa situação ocasionaria ofensa à coisa julgada material, ao direito adquirido e ao princípio da irredutibilidade de vencimento, mormente porque não houve prévio procedimento administrativo, ensejando a decadência do direito da Administração em rever seus atos. Eis os trechos do Recurso Especial com referidas alegações:

**"02** - Os Recorrentes ganharam na Justiça do Trabalho a URP de fevereiro de 1989, o percentual no valor de 26,05%, seus reflexos, conforme decisão em anexa aos autos e documentos que comprovam no comprovante de rendimentos trânsito em julgado, ressaltando que recebe a mais de 17 anos de incorporação, tendo sido determinado a implantação do percentual acima citado, numa ação plurima proposta à época contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM ALAGOAS, a teor da inicial que segue em anexo aos autos, e como prova da efetivação da incorporação do percentual dos 26,05% concernente a URP, os comprovantes de rendimentos através das ficha financeiras do mês de fevereiro de 1993 até a presente data, porém juntado os últimos cinco anos, que seguem anexos constantes dos autos (Docs. 07, 08, 09, 10), respectivamente a cada Apelante, perfazendo um total de mais de 17 (dezessete) anos e meses de incorporação, inclusive 3,17%, 28,86%, mesma situação.

**04.** Que os Recorrentes receberam um OFÍCIO CIRCULAR -(...) conforme Acórdão 5352/2009-TCU-Segunda Câmara, (cópia anexa), que considerou ilegal a continuidade do pagamento referente ao percentual dos 26,05% em sua aposentadoria, em decorrência da absorção do percentual por reestruturação salarial, informamos que deixará de receber o percentual acima mencionado (...).

**06 - Portanto, a implementação da decisão do TCU afronta diretamente os Arts. 2º e 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna, ao pretender retirar dos Recorrentes vantagens garantidas em virtude de sentença transitada em julgado. É por essa razão que o cumprimento dos acórdãos do TCU que determinam a retirada dos planos econômicos dos servidores estão sendo reiteradamente suspensos por várias decisões do Supremo Tribunal Federal, (...).**

**07** - Instituto de direito processual civil destinado a garantir segurança jurídica em benefício das partes litigantes, a coisa julgada imuniza o teor da decisão judicial de qualquer ataque, o que torna imperativa a

sua defesa por esta Corte, dada a inviolabilidade prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

**08** - Constata-se diante das provas materiais documentais a existência de coisa julgada formal e material concernente a implantação do percentual de 26,05% referente a URP de fevereiro de 1989, nos autos do processo supracitado, em que faz partes os\_ Agravante, porém a decisão do TCU, constitui em verdadeiro abuso de poder, cerceamento de defesa, afronta ao contraditório, ampla defesa, assim sendo passamos a observar a legislação pertinente a matéria, dispõe a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, (...).

**09** - Observando a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em seu Art. 2º, c/c Art. 59, § 1º, (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) "IN VERBIS":

Art. 2º - A Administração Pública obedecerá dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(...)

**10** - Que, estabelece o Art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil traduz o que venha ser o direito adquirido, preceituando que (...).

**O Direito dos Recorrentes originou-se de uma conquista judicial desde a data do trânsito em julgado em 11.09.1991, nos autos do Processo 01820/1989, da 3ª Vara do Trabalho de Maceió, conforme cópias do processo que segue anexa (Docs. 05 e 06), perfazendo um total de mais de 17 (dezessete) anos de incorporação ao salário dos Recorrentes, e se mesmo que não houvesse ganho na Justiça, ou seja, fosse dado administrativamente jamais poderia violentar a incorporação dos 26,05%, referente a URP, de fevereiro de 1989, que serve como base de cálculo, em razão de outra vertente que não é a conquista judicial, mas o embasamento legal que se constitui o direito adquirido e ato jurídico perfeito, se não vejamos o que estabelece a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo disciplinar no âmbito da Administração Pública Federal, em seus Arts. 53 e 54, § 1º (...).**

(...)

#### **07 - DA IRREDUTIBILIDADE COMO PRINCÍPIO COMUM**

O próprio texto constitucional, diante de uma interpretação sistemática, demonstra não haver distinção conceitual entre trabalhadores do setor privado e servidores públicos.

Uma observação atenta revela que a Lei Maior, na redação da época da Medida Provisória 1.053/95, dispunha no § 2º do artigo 39; "§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no Art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII E XXX" (sem grifos no originais).

(...)

Ora, a irredutibilidade é garantia que já havia sido dispensada aos servidores públicos pelo inciso XV do artigo 37 da Constituição que, na redação da época, prelecionava;

"XV - os vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI, XII, 150, II, 153, III, e 153. § 2º, I;"

Com efeito, em disposição específica, os servidores não poderiam sofrer redução em seus vencimentos; entretanto, quis a Lei Maior ficasse evidente que, não apenas como servidores, também como trabalhadores não houvesse redução dos seus rendimentos.

Como se pode perceber, em vários aspectos o supra mencionado § 2º do art. 39 remete à disciplina do artigo 7º e seus incisos, inclusive na redação pós EC 19/98.

Quanto ao aspecto da irredutibilidade (artigo 7º, VI da CF/88 combinado com o artigo 39, § 2º, com redação anterior à EC 19/88), esta se apresenta de duas formas:

- 1) Evitar decréscimo nominal do valor retributivo percebido pelo trabalhador (seja ele do serviço público ou privado);
- 2) Evitar que não seja repassada aos salários e vencimentos a revisão devida como mera atualização do poder aquisitivo da moeda.

Ademais, o atual § 3º (antigo § 2º) do art. 39 da Constituição Federal, ao estender aos servidores públicos vários direitos que estão elencados no seu art. 7º, ressalta o intento do legislador constitucional de atribuir aos mesmos a qualidade de trabalhadores. Enfim o que nos parece não existe em momento algum ação rescisória que pudesse discutir a matéria, razão pela qual não assiste a Agravada qualquer pretensão.

**11 - Pois, diante dos fatos, conclui-se que a ilegalidade e abuso de poder da autoridade coatora supracitado, é patente em todo e seu crivo, afrontando a Lei maior que é a Constituição federal, no tange aos princípios jurídicos fundamentais e garantidores, como no caso em tela, princípio da publicidade, dos atos jurídicos (Arts. 5º, incisos XXXV, LX, 37 caput - CF/88; princípio da impessoalidade da administração pública,**

**da moralidade, da legalidade, da eficiência, Art. 37, CF/88).**

**Princípios - garantia: São os "princípios que visam instituir direta e indiretamente uma garantia dos cidadãos (...).**

Que, em momento algum, atendeu os princípios supra mencionado, materializando desta forma a ilegalidade e abuso de poder da autoridade Apelada, oriundo da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Alagoas, órgão federal, praticado pela autoridade pública federal, sendo desta forma competência da Justiça Federal.

(...)

Pois a sentença "a quo" não acatou o pedido dos Recorrentes que seria a manutenção do pagamento dos 26,05% (URP/FEV.1989), bem como os 3.17%, até porque esta incorporada ao vencimento básico, e os mesmos não passaram por reestruturação, e decidiu solicitar informação da autoridade coatora antes de qualquer medida para manter os pagamentos, considerando que a autoridade coatora poderá esclarecer quais as normas jurídicas foram tomadas em conta para considerar reestruturação de carreira, porém vale ressaltar que a demora de ter a informação levará os Recorrentes a um prejuízo com a redução do salário de 1/4, fato este ocorrido, ocorrendo a redução de salário de forma arbitrária e inconstitucional, registrando que a liminar dada pelo MM. Juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas foi no sentido de não devolver valores ao erário, ora isso jamais poderia ocorrer no caso em tela, porque o próprio regime jurídico ampara a qualquer servidor que recebeu de boa fé, e no caso em tela foi ganho nas vias judiciais.

(...)

**12 - LIMINAR**, o "o fumus boni juris" está acima caracterizado. O fundamento é relevante. O "periculum in mora" está demonstrada, na medida em que os Recorrentes, encontram-se privados -de prestarem compromissos com suas obrigações familiar de caráter alimentar, sendo violentado de forma patente, o perigo da demora de poder saldar com os compromissos assumidos por conta de sua necessidade familiar, a exemplo de alimentos, moradia, despesas escolares, luz, água, telefone, vestuário, plano de saúde, aluguéis, financiamento, impostos, e tantas outras contraídas registrando Egrégia Turma que todas estas despesas são de caráter perpétuo, razão pela qual o prejuízo se evidencia face ao ato ilegal da autoridade coatora/Apelada e da Sentença do MM. Juiz "a quo", ou seja, direito incorporado ao patrimônio dos Recorrentes tanto do ponto de vista de receita e despesa, ressaltando que a determinação da autoridade

Coatora/Apelada conforme teor constantes dos autos de folhas do (Doc. 11, 12, 13, 14), se evidencia de duas formas a primeira pela incorporação do percentual do 26,05%, e a segunda é o ressarcimento ao erário, em razão do eminente prejuízo tendo em vista no mês de julho se efetivou a suspensão dos 26,05% e dos 3.17%, respectivo a cada Apelante, enfim tudo em conformidade com os comprovantes de rendimentos que estão anexos aos autos, ressaltando que a Recorrida já retirou os 3.17% e 26,05% (URP/FEV.1989), conforme prova nos autos de fls., ademais a tão falada reestruturação das leis trata só de plano de classificação de cargos - PCC, porém não trata plano de carreiras, cargo e salários, nem a mencionada lei fala que são absorvidos os 26,05% (URP/FEV/1989).

(...)

**Assim requer a Egrégia Turma, que seja concedido a liminar com o fito de manter a incorporação no que tange a incidência da decisão judicial dos 26,05%, referente a URP de fevereiro de 1989, bem como se abster de suprimir e descontar quaisquer valores concernente aos 26,05%, referente a URP de fevereiro de 1989, por todas as provas acostadas a inicial, enfim tudo em conformidade o que dispõe o MEMO CGRH/SPOA/SE/MAPA 1877 (Doc. 14).**

**13 - O PEDIDO**, vale salientar que os Recorrentes sofrerem o suprimimento dos 3.17% e 26,05%, referente a URP de fevereiro de 1989, agora no mês de julho do corrente ano (2010). Ante todo exposto, pede: seja dado provimento ao presente apelação, reformando a sentença "a quo" recorrida na forma dos fundamentos supracitados, reformá-la a sentença "a quo" fazendo assim a costumeira JUSTIÇA, seja a apelada intimada a responder, para que a apelada não se abstenha de fazer a supressão e mantenha o percentual de 26,05%, da URP de fevereiro de 1989, como incidência na base de cálculo por todo os fundamentos legais supracitados, o que faz jus os Recorrentes, tendo em vista que o fato se consumou (Docs. 11, 12, 13, 14) supressão do percentual dos 3.17% e 26,05% na folha de pagamento no mês de julho de 2010, desta forma requer a reforma da decisão "a quo" concessão da liminar em caráter suspensivo a medida arbitrária da Recorrida. Que foram concedidos os Recorrentes a assistência judiciária em conformidade com a Lei 1.060, de 05/02/1950" (fls. 368/402e).

Por fim, requerem seja dado "provimento ao presente recurso (...) determinando a reimplantação dos 26,05%, 3.17% e dos 28,86%, por todo os fundamentos

supra mencionados em conformidade com os respectivos Recorrentes, enfim na forma da inicial" (fl. 413e).

Oferecidas contrarrazões (425/431e), o Recurso foi admitido na origem (fl. 434e).

O inconformismo não merece prosperar.

De início, cumpre destacar, que a análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, consoante pacífica jurisprudência do STJ, o que impede, no caso, o conhecimento do apelo nobre no que tange à apontada violação dos arts. 2º, 5º, XXXV, XXXVI, LV e LXIX, 7º, VI, 37, XV, 39, §§ 2º e 3º, 93, IX, 109, I e VIII, 150, II, 150, III E 153 § 2º, I, da CF/88.

Relativamente à ofensa aos arts. 2º, 53, 54, §1º e 59, § 1º, da Lei 9.784/99; o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão**

**recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Por fim, quanto ao mérito, o Tribunal de origem, concluiu o seguinte:

"No meu entender, o apelo da parte impetrante não deve prosperar. Hipótese em, que **não há ilegalidade na retificação remuneratória dos impetrantes, relativa à supressão de percentuais dantes incorporados por força, de decisão judicial transitada em julgado, pois as vantagens foram absorvidas pelos novos padrões de remuneração advindo da reestruturação das carreiras dos apelantes**, servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vedando, a Jurisprudência desta Corte, a percepção, ad infinitum dos referidos índices.

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência



do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

**3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por fim, quanto ao pedido de deferimento de liminar, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tais dispositivos foram violados, tampouco foram indicados os artigos porventura violados.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Ante o exposto, não conheço do presente Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários, pois o recurso foi interposto contra decisão proferida na vigência do CPC/73.

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora